

Elisabete Figueiredo
(Coordenação Geral)

Elisabeth Kastenzholz
M^a Celeste Eusébio
M^a Cristina Gomes

M^a João Carneiro
Paulo Batista
Sandra Valente

O Rural Plural

olhar o presente, imaginar o futuro

TERRITÓRIOS
da MUDANÇA

100 LUZ

Colecção Territórios da Mudança

Dirigida por

Elisabete Figueiredo

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Fernando Oliveira Baptista

Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural
do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Ficha Técnica

Título: O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro

Organização: Elisabete Figueiredo (Coordenação Geral)

Elisabeth Kastenholtz, M^a Celeste Eusébio, M^a Cristina Gomes,
M^a João Carneiro, Paulo Batista e Sandra Valente

Colecção: Territórios da Mudança

Dirigida por: Elisabete Figueiredo e Fernando Oliveira Baptista

Capa: João Branco | 100LUZ

Design: João Branco | 100LUZ

Edição: 100LUZ | editora@100luz.pt | www.100LUZ.pt
Castro Verde - Alentejo (Portugal)

1^a edição

Setembro 2011

Impressão: 100LUZ \ Gráfica Comercial - Loulé

ISBN: 978-989-8448-06-4

Depósito Legal: 332151/11

Apoio à edição:

Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais
Universidade de Aveiro

O Rural Plural

olhar o presente, imaginar o futuro

Elisabete Figueiredo
(Coordenação Geral)

Elisabeth Kastenholtz M^a João Carneiro
M^a Celeste Eusébio Paulo Batista
M^a Cristina Gomes Sandra Valente

100LUZ

M^{te} CRISTINA GOMES

É socióloga e doutorada em sociologia – especialidade em demografia. É professora auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e investigadora do GOVCOPP (UA) na linha de *Território, Desenvolvimento e Atractividade Turística*. É membro fundador e representante da UA na Rede Interuniversitária de Demografia, participando em diversos projectos de investigação. É autora de vários artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.

M^{te} JOÃO CARNEIRO

É licenciada em turismo, mestre em gestão de empresas e doutorada em turismo. É professora auxiliar no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e investigadora do GOVCOPP (UA) na linha de *Território, Desenvolvimento e Atractividade Turística*. É directora da Licenciatura em Turismo da UA. Tem participado em diversos projectos de investigação e publicado vários artigos e capítulos de livros, a nível nacional e internacional.

PAULO BATISTA

É licenciado e mestre em planeamento regional e urbano. É bolseiro de investigação do GOVCOPP (UA) na linha de *Território, Desenvolvimento e Atractividade Turística*, nos projectos '*Custos e Benefícios, à Escala Local, de uma Ocupação Dispersa*' e '*Factores Determinantes da Procura de Habitação em Portugal (DONUT)*'; ambos financiados pela FCT. É autor de alguns trabalhos científicos publicados a nível nacional. Defendeu recentemente tese de mestrado sobre '*Data mining na identificação de atributos valorativos da habitação*'.

SANDRA VALENTE

É licenciada em planeamento regional e urbano e mestre em sociologia. É investigadora de pós-graduação e bolseira de doutoramento (FCT) no CESAM (UA). Tem participado em diversos projectos de investigação e publicado vários artigos e capítulos de livros, a nível nacional e internacional. A sua tese de doutoramento (em curso), integrada no programa doutoral em ciências e engenharia do ambiente, tem como tema '*Participação Pública para uma Gestão Sustentável da Floresta após Incêndio – desenvolvimento de uma metodologia*'.

ÍNDICE

- 13 - Introdução: Um rural cheio de futuros?
Elisabete Figueiredo

I Parte: Olhar os Futuros do Mundo Rural

- 49 - 1. Os contornos do rural
Fernando Oliveira Baptista
- 59 - 2. Futuros do mundo rural português: de espaço produtor a espaço produzido: mercados emergentes e neo-rurais
António Covas

II Parte: Agricultura, Produtos Locais e Desenvolvimento Rural

- 73 - 1. Globalização e reconfiguração da agricultura local. Processos de construção do solar da péra rocha no Oeste (Portugal)
Mónica Truninger e Dulce Freire
- 91 - 2. Papéis e significados da produção para o autoconsumo na agricultura familiar
Cátia Grisa
- 103 - 3. Juntar a fome à vontade de comer. Ligação entre o turismo rural e os produtos agro-alimentares regionais, na Serra da Estrela
Catarina Vieira e Elisabete Figueiredo
- 121 - 4. Por que a diversidade é importante? Agrobiodiversidade e conservação da natureza numa área protegida da Amazônia brasileira
Flávio Barros e Luís Vicente

133 - 5. A produção biológica e desenvolvimento das regiões
Manuela Natário, Ascensão Braga, Constantino Rei

147 - 6. A sustentabilidade das explorações leiteiras do Entre Douro e
Minho – o uso de indicadores sintéticos de sustentabilidade: da
estatística espacial e dos SIG
José Santos

III Parte: Turismo, Património e Desenvolvimento Rural

163 - 1. Revitalizando pequenas comunidades rurais através da arte e
da cultura: tendências e correntes internacionais
Nancy Duxbury

175 - 2. Aldeias vinhateiras, aldeias vivas?

Artur Cristóvão, Vera Medeiros e Rosário Melides

139 - 3. O papel dos Grupos de Acção Local (GAL) no desenvolvimento
do turismo em áreas rurais em Portugal
Gorete Dinis, Emese Panyik e Zélia Breda

203 - 4. Análise da relevância do empreendedorismo estilo de vida para
o desenvolvimento na oferta de turismo em espaço rural
Conceição Cunha, Elisabeth Kastenholz e Maria João Carneiro

215 - 5. Quem procura o turismo no espaço rural? Especificidades do
mercado da Região Centro de Portugal
Celeste Eusebio e Elisabeth Kastenholz

231 - 6. O papel da nostalgia para o turista norte americano no espaço
rural Europeu
Aurea Rodrigues, Elisabeth Kastenholz e Duarte Morais

245 - 7. A percepção dos residentes de espaços naturais dos impactos
do turismo: o caso da Serra da Estrela
Chris Anderson de Souza e Celeste Eusebio

259 - 8. Velhas e novas colonialidades sobre os espaços rurais: uma
leitura a partir do caso Algarvio
Vánessa Duarte de Sousa

IV Parte: Planeamento do Território e Políticas de Desenvolvimento Rural

275 - 1. Caminhos possíveis do rural em Portugal: As prioridades do novo
programa de desenvolvimento rural
Paulo Batista e Elisabete Figueiredo

291 - 2. Presente e futuro do desenvolvimento rural-territorial: novas
formas de governação na programação 2007-2013
Maria Adosinda Henriques

303 - 3. La política de desarrollo rural en México: entre la economía de
mercado y el desarrollo sustentable,
Maria Elena Serrano Flores e Dora Maria Sangermán-Jarquín

315 - 4. Programas e sistemas de incentivos europeus com incidência
na actividade turística em espaço rural. O exemplo do PRIME
(Portugal, 2000-2006)
Susana Silva e Paulo Carvalho

329 - 5. O programa de agroindustrialização da agricultura familiar no
Brasil: elaboração, implementação e resultados alcançados
Valdemar João Wesz Junior

343 - 6. Perspectivas de gestão e políticas de valorização do território na
Cordilheira Central
Gonçalo Poeta Fernandes

355 - 7. Planeamento e gestão sustentável do território: aplicação da
metodologia WOOCAT no concelho de Mação
Sandra Valente, João Soares e Celeste Coelho

369 - 8. Integração das variáveis de natureza social na avaliação do risco
de incêndio florestal na região de Trás-os-Montes e Alto Douro
Maria Rodrigues, José Castro e Orlando Rodrigues

V Parte: Actores, Dinâmicas e Inovação em Meio Rural

- 385 - 1. Inovação e empreendedorismo em zonas rurais desfavorecidas
Manuel Belo Moreira
- 397 - 2. Empreendedores em meios rurais: uma tipologia a partir da perspectiva dos agentes de apoio institucional
Anabela Dinis
- 413 - 3. Pequenas empresas industriais e a herança agrícola
Isabel Rodrigo
- 429 - 4. Do desenvolvimento da participação à participação no desenvolvimento. práticas e perspectivas em torno da acção participativa para o desenvolvimento: o caso de Arroquelas
João Colação
- 441 - 5. A voz às comunidades rurais: animação e comunicação para o desenvolvimento
João Afonso Correia e Elisabete Figueiredo
- 455 - 6. Marcas do passado, (in)acções do presente e caminhos de futuro no Alentejo Litoral: olhares cruzados sobre Santa Susana
Dora Sampaio, Filipe Matos, Luís Moreno
- 471 - 7. O campo-cidade-campo representado no assentado de reforma agrária: múltiplos sujeitos em um
Taísa M. Brosler e Sonia M. P. P. Bergamasco
- 483 - 8. As representações do mundo rural nos programas e manuais de Geografia
Sérgio Claudino

INTRODUÇÃO

UM RURAL CHEIO DE FUTUROS?

Elisabete Figueiredo

Universidade de Aveiro, elisa@ua.pt

Mas todo o sementeiro

Sementeira contra o presente.

Sementeira como vidente

A seara do futuro,

Sem saber se o chão é duro

E lhe recebe a semente.

(Miguel Torga – Canção do Sementeiro¹)

O FIM DO RURAL?

O mundo rural, diz-nos José PORTIELA (2003: 9), “já não é rural, nem mundo”. Esta constatação, assente nas múltiplas (e bem documentadas) transformações que os espaços rurais têm conhecido ao longo de mais de meio século, não tem aplicação exclusiva ao contexto Português, mas pode ser (com cautela, porque os processos de mudança se vestem diferentemente de um lugar para outro) considerada global e, sobretudo verdadeira nas regiões mais periféricas do mundo ocidental. Mercê dessas transformações, uma boa parte dos territórios rurais atravessa hoje processos mais ou menos profundos de redefinição, de reestruturação, de

1 - Excerto do poema, extraído de Poesia Completa, editado pela D. Quixote, 2000.

- AP, J. 1992. Residents' perceptions of tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 19(4): 665-690.
- ARCHER, B. e COOPER, C. 2002. Os impactos negativos e positivos do turismo. THEOBALD, W. (Ed.). *Turismo Global*. São Paulo: Senac.
- BRUNT, P., e COURTNEY, P. 1999. Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, 26 (3): 493-515.
- BUTLER, R.W. 1980. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-12.
- COHEN, E., 1972. Toward a sociology of international tourism. *Social Research*, 39(1): 164-82.
- DOXEY, G. V. 1975. A causation theory of visitor-resident irritants' methodology and research inferences. *Proceedings of the Sixth Annual Conference of the Travel Research Association*, San Diego CA: Travel and Tourism Research Association: 195-198.
- FREDLINE, E. e FAULKNER, B. 2000. Host community reactions: a cluster analysis. *Annals of Tourism Research*, 27(3): 763-784.
- GURSOY, D. e RUTHERFORD, D.G. 2004. Host attitudes toward tourism: an improved structural model. *Annals of Tourism Research*, 31(3): 495-516.
- ALEY, A. J., SWARTH, T., e MILLER, G. 2005. The social impacts of tourism: a case study of Bath, UK. *Annals of Tourism Research*, 32(3), 647-668.
- INE (2009). Anuário Estatístico da Região Centro – 2008, Coimbra: INE
- KO, D.W. e STEWART, W. 2002. A structural equation model of residents attitudes for tourism development. *Tourism Management*, 23: 521-530.
- LIU, J., e VAR, T. 1986. Resident attitudes toward tourism impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*, 13: 193-214
- RICHIE, B.W., e INKARI, M., 2006. Host community attitudes toward tourism and cultural tourism development: the Case of the Lewes District, Southern England. *International Journal of Tourism Research*, 8(1), 27-44.
- SWARROOKE, J., 2002. Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais. São Paulo: ALEPH.
- TOSUN, C. (2002). Host perceptions of impacts: a comparative tourism study, *Annals of Tourism Research*, 29(1): 231-253.
- WILLIAMS, J., e LAWSON, R. 2001. Community issues and resident opinions of tourism. *Annals of Tourism Research*, 28(2): 269-290.

VELHAS E NOVAS COLONIALIDADES SOBRE OS ESPAÇOS

RURAIS: UMA LEITURA A PARTIR DO CASO ALGARVIO

Vanessa Duarte de Sousa

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

sousavanness@uicp.pt

INTRODUÇÃO

O título propõe, de imediato, o reconhecimento da aplicabilidade do conceito de colonialidade ao estudo das mudanças sociais e económicas nos espaços rurais. Se é verdade que assim o assumimos, este ensaio propõe a reflexão sobre os elementos que permitem a operacionalização desse conceito ao conjunto de mudanças em curso, que traduzem o que denominamos de velhas e novas colonialidades.

As primeiras reflectem a crise do rural resultante da procura de um modelo modernista de desenvolvimento com características urbanas, sendo que as segundas reflectem as respostas dadas a essa crise e que se inserem no novo paradigma de estetização dos lugares como modelo de captação de públicos predominantemente urbanos. Mas a complexidade das tendências de desenvolvimento dos espaços rurais reflectem formas de miscigenação de velhas e de novas colonialidades. Evidenciam a extensão desses modelos da modernização para os modos de produção existentes e emergentes nesses territórios.

Opta-se pela selecção do contexto rural serrano algarvio, que sendo emblemático de algumas dimensões críticas do território, poderá ser igualmente revelador das tendências que, aos poucos, se vão observando pelos espaços rurais nacionais, e que não se excluem visíveis noutros territórios europeus.

A análise aqui apresentada resulta da reflexão sobre dados providos de diferentes trabalhos realizados sobre o interior algarvio. Destacam-se os seguintes:

- 1) "Desenvolvimento e mudança nos territórios rurais deprimidos – o caso dos jovens da freguesia de Cachopo" (Sousa, 2006; 2007a; 2007b)
- 2) "Estudo de avaliação dos impactos da estratégia regional para as áreas de baixa densidade do Algarve" (Sousa, 2009)
- 3) "As actividades económicas de pequena escala" (Das et al, 2010; Das e Sousa, 2011)

No conjunto pode dizer-se que engloba o recurso a diferentes agentes do território que foram inquiridos em diferentes momentos, sob formas igualmente distintas. No primeiro caso, privilegiou-se a realização de entrevistas a jovens (cerca de 80) de uma das aldeias do interior algarvio emblemática da perda continuada da sua população, mas que congrega, em paralelo, múltiplos recursos passíveis de mobilização, seja do ponto de vista paisagístico, patrimonial ou humano.

Fruito da avaliação das intervenções realizadas no interior algarvio no anterior quadro comunitário, realizaram-se amostras populacionais em várias aldeias do interior (350 questionários no conjunto) que visavam acolher a percepção das pessoas acerca da acção sobre o seu território, a par das representações sobre esse. Em paralelo, realizaram-se entrevistas a todos os actores directamente envolvidos na intervenção (autarquias, gabinetes técnicos, associações de desenvolvimento local).

Mais recentemente e enquadrado num estudo nacional sobre as necessidades sociais dos portugueses, procedeu-se à realização de entrevistas a responsáveis por diferentes actividades económicas de pequena escala, pelo reconhecimento da sua especificidade no equacionar de novas políticas sociais para o país. Neste âmbito, foram seleccionados representantes de diferentes actividades no interior algarvio, desde o artesanato, à produção agro-alimentar, pequeno comércio e restauração (7 entrevistas aprofundadas), para que se pudesse ter uma visão ampla sobre as dificuldades e desafios enfrentados por estas actividades.

Complementarmente, fez-se recurso ao conjunto de instrumentos de política territorial que permitem balizar o conjunto das intencionalidades previstas para os próximos anos. Este texto resulta assim de um conjunto acumulado de trabalhos que conduzem à síntese que aqui se apresenta.

Os espaços-rurais portugueses são o exemplo do Sul no Norte, demonstrativos de que os modelos hegemónicos de desenvolvimento passados e presentes sempre foram traçando o seu percurso. Tratam-se de espaços que se assumiram como sendo inferiores por relação aos urbanos, que representam a cosmovisão da modernidade (LANDER, 2005). E para justificar o seu progresso, um futuro necessário e inevitável, utilizam-se os argumentos da refuncionalização. Não se rejeita que esta possa ser uma alternativa face a um fim anunciado de todas as suas anteriores funções. No entanto, esse argumento vai sendo acompanhado pela negação ou diminuição das possibilidades de um rural com características centradamente agrícolas, aquelas que lhe garantiram sustentabilidade ao longo de centenas de anos e que ainda hoje são determinantes nos modos de vida daqueles que sempre aí habitaram.

No que se reporta ao caso algarvio, as velhas colonialidades reportam-se a todo um conjunto de elementos de um modelo de desenvolvimento que tem conduzido ao abandono continuado dos espaços rurais e à desvalorização social e económica da agricultura. Falamos, em particular, do espaço rural que se vai denominando de baixa densidade. Um contexto geográfico onde se elevam as distâncias físicas e onde aumentam as desigualdades no acesso à saúde e à educação.

Se inicialmente as perdas acentuadas ficaram a dever-se a fenómenos migratórios para outros países, principalmente visíveis nos anos 60, hoje os abandonos são preconizados ao nível regional, com os jovens a procurarem outras oportunidades de trabalho no litoral. Seja no caso mais antigo, seja no mais recente, as perdas que o território foi registando, claramente acentuadas na zona de serra⁶⁴, resultam da procura de melhores condições de vida, que se argumenta não existirem localmente.

Cria-se um imaginário de vida urbano, que decorre das mobilidades frequentes entre os espaços que se efectivam no acesso a equipamentos colectivos como para a aquisição de bens e serviços. Tal como REWY E VOYÉ (1994) afirmam, o aumento das mobilidades espaciais é um dos elementos com maior influência nos espaços rurais. Os jovens, desde cedo, para

64 - É relativamente consensual a divisão do Algarve em três áreas, cuja morfologia e densidade demográfica se distinguem entre si: o litoral, o barrocal e a serra. O barrocal é a área que medeia o litoral e a serra. A zona serrana congrega toda a área da Serra de Monchique e Serra do Caldeirão, na fronteira com a região Alentejo.

continuem os seus estudos, têm de vir para as cidades – para as escolas de 2º ciclo, e, essencialmente, para as de ensino secundário que só existem no litoral da região.

O sentido de território alarga-se conjugando o espaço de pertença com o espaço de referência – que passa a ser o meio urbano. Por um lado, porque é o espaço privilegiado de socialização quotidiana. Por outro lado, porque é aquele que melhor responde às necessidades de consumo e de lazer que caracterizam as culturas juvenis⁶⁵. “Quando a modernização se tornou um elemento de evolução e progresso social foi o modo de vida rural que se tornou obsoleto.” (FRAGOSO e LUCIO-VILLEGAS, 2004). Trata-se do que LANDER (2005) denomina como naturalização das relações sociais e que traduz as tendências naturais de desenvolvimento histórico impostas pelo pensamento científico moderno.

As relações que se foram e vão estabelecendo do rural com o urbano, são reveladoras da existência de condições de colonialidade do saber e do poder. Foram-se mantendo relações sociais do tipo colonial. Esta colonialidade do poder resulta da colonialidade do saber científico (SANTOS et al, 2004: 83). O modelo de desenvolvimento tomado como ideal foi o urbano-industrial. “A premissa organizadora era a crença no papel da modernização como a única força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas, a qualquer custo social, cultural ou político. A industrialização e a urbanização eram vistas como inevitáveis e necessariamente progressivos caminhos em direcção à modernização.” (ESCOBAR, 1995: 39 cit. in LANDER, 2005).

A forma como os territórios rurais alcançaram a sua resposta ao progresso foi através do estreitamento das relações com os espaços urbanos e, consequentemente, do aumento da sua dependência face a esses espaços. O urbano vai sendo entendido como “espaço de referência” e modelo de desenvolvimento para o rural, o que colide, necessariamente, com o campo das oportunidades, dos recursos e dos meios aí existentes. Emana algumas vezes, dos discursos das populações, o modelo preconizado pelas teorias da modernização. Isso é evidente quando dizem faltar um centro comercial, uma fábrica, uma discoteca, entre outros.

Ao longo das últimas décadas, essencialmente desde que se foram registando os financiamentos comunitários, começaram a construir-se respostas mais centradas sobre estes territórios. Reconhece-se a excessiva litoralização do crescimento urbano, com um abandono progressivo do

interior, pelo que a sua sustentabilidade terá de ser criada a partir dos escassos recursos existentes, com um suporte financeiro público. Apesar de se tratarem de propostas que visam o desenvolvimento local, a partir das dinâmicas endógenas, são leituras eminentemente urbano-modernas.

As pessoas já eram empreendedoras antes de se criarem incentivos à criação do auto-emprego ou apoios à produção local. A necessidade de receberem apoio é gerada pelo próprio sistema capitalista, que transforma todas as relações sociais em relações de produção. Quem cria a ilegalidade é o sistema fiscal que apenas assume como regulares as iniciativas que fazem parte do «pacote homogéneo» empresarial, muito distante do tipo de relações que foram permeando as trocas do quotidiano das gentes locais do mundo rural.

Basta fazermos uma análise das taxas de actividade para percebermos melhor do que se está a tratar. Estes espaços têm sido caracterizados por baixas taxas de actividade, porque a ocupação profissional em que, estas pessoas se enquadravam não entra no conjunto classificatório que utilizamos para medir a integração no mercado trabalho. A maior parte foi sempre activa e desde muito cedo, mas quando são questionadas sobre se trabalham, não conseguem enquadrar a sua actividade nas categorias que lhes disponibilizamos, porque estão construídas a partir das dinâmicas urbanas. Dirão também que nunca tiveram férias, pois este é um conceito subjacente às relações capitalistas de produção, mas serão aquelas que melhor compatibilizam os tempos de trabalho, com os tempos para o lazer e para a família, só que de uma outra forma que não conseguimos ler porque utilizamos modelos analíticos que partem de uma visão hegemónica de funcionamento do mundo. Tal como referem Santos et al (2004) “a negação da diversidade é inerente ao capitalismo”.

3. AS NOVAS COLONIALIDADES

As novas colonialidades resultam da operacionalização de modelos alternativos de desenvolvimento sobre os espaços rurais, que são reflexo de orientações europeias e nacionais a serem aplicados em função de cada um dos contextos. No conjunto das mais recentes políticas para o território – ENDS, PNPOT, PROT, PO Algarve 21, PRODER⁶⁶ – há variáveis

65 - Veja-se a este respeito SOUSA (2006).

66 - ENDS: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável; PNPOT: Programa Nacional da Política De Ordenamento do Território; PROT: Programa Regional de

que emergem com alguma consensualidade nas estratégias, a saber: ambiente, paisagem, património edificado e cultural. Estas surgem aliadas a um sector que se pretende sedimentar – o de turismo e de lazer, em muito como alternativa a um modelo que começa a dar sinais de dificuldades de competitividade à escala global – conhecido por modelo de “sol e praia”. Mais do que alternativa, as estratégias parecem apontar para alguma complementaridade, reconhecendo-se a importância que o turismo rural e o turismo cultural têm cada vez mais na sociedade actual.

As novas estratégias de financiamento para os espaços rurais estão orientadas para a competitividade. Os usos dos conhecimentos ancestrais tomam-se uma mais-valia a ser rentabilizada no mercado, sendo tendencialmente folclorizados com o intuito de criar um imaginário de uma identidade já musealizada. Todas as potencialidades do rural são mercantilizadas ou são publicitadas pela possibilidade de eficiência económica que pode advir da sua exploração mercantil. A preservação do ambiente que releva da valorização do estético associa-se à valorização comercial e a sua mercadorização tem como consequência a privatização (SANTOS et al, 2004: 57).

Os próprios locais vão transmitindo uma visão “empacotada” da imagem turística que se quer passar (Souza, 2004). São reconhecidos os impactos negativos do turismo sobre as populações locais, nomeadamente no que respeita às mais carenciadas, podendo contribuir para o acentuar do abandono destes espaços. Muitas vezes os comportamentos dos residentes são alterados pela simples observação dos turistas. No Algarve Rural vão-se produzindo visões tão estereotipadas como: passeios de jipe que visualmente passam a imagem da visita à selva; almoços em pacote onde o “frango assado” é assumido como especialidade regional⁶⁷; “o golfe como nova forma de agricultura”⁶⁸, entre outras.

Embora identificando a dificuldade em isolar os impactos sociais do

Ordenamento do Território; PO Algarve 21: Programa Operacional do Algarve para o actual período de programação (2007-2013); PRODER: Programa de Desenvolvimento Rural.

67 - Esta foi uma ideia que nos foi transmitida por um jovem empresário da restauração da aldeia de Benafim, dando conta de que a única forma que tinha para dar sustentabilidade à sua empresa passava por servir almoços «just in time» a grupos turísticos, onde se pedia a exclusão dos pratos regionais por não serem tão apreciados.

68 - Frase referenciada numa conferência pelo responsável de um projecto turístico para o interior algarvio.

turismo dos do processo de modernização, Burns (1999: 102) reconhece que um dos efeitos negativos se traduz na construção de um complexo de inferioridade nas comunidades locais que passam a encetar um processo de imitação. A aparente superioridade material do visitante surge como modelo a ser copiado. No caso do interior algarvio, poder-se-á colocar a hipótese de que o processo de modernização já se manifestou como um elemento a desfavor do desenvolvimento humano nestes contextos e que a densificação da actividade turística tenderá a agravar esse fenómeno. Obviamente que tudo depende das opções que se tomem para o futuro em termos de modelo de desenvolvimento turístico.

É sabido que o turismo é uma das faces mais expressivas da globalização neoliberal. E se o turismo rural poderia criar alternativas de subsistência a algumas famílias – se bem que necessitando de um capital inicial que nem sempre existe – certo é que o novo PROT equaciona a possibilidade de criação de cerca de 5.000 camas em toda a Serra, para não falar das 4.000 para a Costa Vicentina e mais de 6.500 para o Baixo Guadiana, áreas que também são de baixa densidade. Para se conseguir dimensionar a oferta prevista é necessário fazer uma comparação com o que existe.

Segundo os dados de 2007, o Algarve dispunha de 31 estabelecimentos de turismo rural com capacidade para 367 camas⁶⁹. Trata-se de uma dimensão de investimento completamente exacerbadada face ao mercado de oferta existente, e só a actual crise mundial poderá travar as intencionalidades de investimento anteriormente equacionadas. O argumento é sempre o da densidade, ao que o PROT afirma estar a tratar-se de uma densidade de 0,5 camas por hectare. No entanto, o que deve ser reflectido é o tipo de turismo que será criado, por um lado, e o impacto que esse terá sobre um território fragilizado. Só o projecto da Quinta da Umbria prevê a criação de um empreendimento para 1680 pessoas, o que equivale praticamente à actual população das duas freguesias onde esse irá ser desenvolvido⁷⁰.

A exotização crescente do rural, torna-o como factor de distinção social e de reserva da qualidade e da tradição, donde o turismo se apresenta como um ingrediente complementar. Por isso o turismo rural vai sendo, aos poucos, integrado como uma oportunidade acrescida no cluster mais vasto do turismo. A sua importância social crescente faz com que passe a integrar a retórica sobre o futuro dos espaços rurais. Mas esta tendência de

69 - Fonte: Instituto de Turismo de Portugal, 2007.

70 - Projecto situado nas freguesias da Tôr e de Querença, no concelho de Loulé.

generalização gera, em paralelo, a sua banalização. E se do ponto de vista conceptual e normativo os seus conteúdos parecem claros, o mesmo não se pode dizer no que respeita à sua utilização discursiva. O turismo rural passa a ser utilizado como argumento, independentemente do tipo de projecto a que nos estejamos a reportar.

O caso algarvio é emblemático da necessidade desta clarificação conceptual. O modelo *resort* será uma característica do desenvolvimento turístico do interior algarvio, com as consequências queizantes deveras conhecidas, e frágeis retornos para as populações locais. Neste caso, estamos a falar de um turismo que se irá desenvolver nos espaços rurais, sem que tenha um entrosamento com as comunidades envolventes e sem que se equacione de forma prioritária a valorização dos recursos endógenos desses espaços. Apesar de se desenvolver em espaços rurais, e de se auto-intitular como um turismo alternativo, nada mais é do que a reprodução para o interior dos modelos intensivos de exploração turística característicos do modelo turístico do litoral algarvio.

Scheyvens (2002: 51-64) defende o *empowerment* das comunidades locais argumentando que estas podem discutir acerca do interesse em desenvolver o turismo no seu território, assim como sobre a sua capacidade para exercer algum controlo sobre a actividade turística. A autora defende que o papel dos cidadãos se deverá estender às dimensões de avaliação e monitorização. O turismo é entendido como um processo aberto à negociação e que pode ser desenhado a partir das necessidades nacionais e locais, procurando desconstruir a imagem de uma dependência do exterior e de impossibilidade de acção das comunidades a este nível. Na mesma linha de ideias, Burns (2006:22) defende que é tempo da indústria turística aceitar o desafio de trabalho com diferentes actores nos destinos em que desenvolvem as suas actividades; sejam movimentos sociais, académicos ou organizações não governamentais. Descobre-se que qualquer projecto de desenvolvimento do turismo no Algarve seja mediado por mecanismos de promoção de *empowerment* das comunidades ou de envolvimento dos vários actores sociais em jogo. Nos meios rurais essas poderiam ser estratégias a concorrer para a fixação das parcas populações aí existentes e meios para entrosar o turismo na economia local.

O turismo em espaço rural é algo diferente do que está a ser equacionado. A legislação aplicável, a saber, o DL nº 39/2008 de 7 de Março, valoriza a adequação arquitectónica dos empreendimentos ao local em que se integram e identifica a possibilidade de aliar a comercialização de produtos

regionais ou a disponibilização de serviços de animação à oferta. Também fica evidente que se tratam de empreendimentos de pequena escala, situados em espaços rurais. Pela sua especificidade, é esperado que este tipo de turismo seja dinamizado de modo a integrar o visitante nas dinâmicas do local, que possa ser um impulso para o desenvolvimento do espaço em que se localiza e que minimize os impactos negativos que a grande escala comporta.

No quadro das políticas de financiamento existentes, em particular o PRODER, embora o turismo em espaço rural se assuma como uma prioridade, evidenciam-se alguns paradoxos. Valoriza-se a capacidade de retorno económico dos investimentos, mas a baixa densidade destes investimentos e a especificidade dos contextos em que se inserem, não permite que existam taxas de ocupação suficientemente elevadas para garantirem a sua viabilidade económica no curto prazo. Valoriza-se igualmente a criação de emprego, no entanto é preciso ter uma escala de oferta suficientemente ampla para que se torne viável a contratação de pessoal para estas iniciativas, para além dos próprios empresários. São as características de funcionamento familiar que fornecem a referida viabilidade económica, pelo facto de se tratarem de redes de colaboração informal sedimentadas em redes de dom e de troca que ultrapassem as lógicas capitalistas do mercado. Procura-se balizar um modelo de funcionamento destas iniciativas que é contraditório, ou no mínimo, não complementar com a sua especificidade.

4. MODELOS MISTOS DE VELHAS E NOVAS COLONIALIDADES SOBRE OS ESPAÇOS RURAIS

Actualmente deparamo-nos com modelos de desenvolvimento sobre os espaços rurais que se traduzem numa miscigenação entre velhas e novas formas de colonialidade dos saberes e dos poderes. Daqui se vão desenhando resistências e emergências que ora revelam lutas específicas contra modelos hegemónicos de desenvolvimento, como dão conta das múltiplas possibilidades de mercantilização destes espaços.

No campo das emergências situam-se as novas colonialidades já referenciadas. Mas ao nível das resistências podemos destacar as mais variadas actividades, que tendo uma base produtiva de carácter territorial, ancestral, e muitas vezes informal, estão obrigadas a adaptar-se a sistemas

normativos descontextualizados e que são balizados por lógicas de competitividade muito distintas daquelas que caracterizam a economia rural de pequena escala. A este nível mesclam-se as lógicas das velhas com as novas formas de colonialidade nos espaços rurais. Esses sistemas normativos assentam num paradigma de desenvolvimento muito distinto daquele que caracteriza esses espaços. Se uma parte do rural contempla exotismo ou é factor de distinção social, uma outra parte continua a ser considerada obsoleta, ultrapassada e continua a ser excluída das políticas que a esse são dirigidas. Esses sistemas normativos tornam-se modelos hegemónicos por duas vias: i) porque respondem aos anseios neoliberalis e promovem lógicas de competitividade válidas para a grande escala económica e, por essa via, tornam-se num veículo para a dominação económica por parte dos grupos detentores de capital; e, ii) porque ao regularem todas as actividades por bitolas homogéneas, transformam o informal e parte dos modos de produção característicos dos espaços rurais em práticas ilegais.

Disso são exemplo as várias actividades de produção agro-alimentar de pequena escala. A tentativa de uniformização das regras de funcionamento impostas ao nível europeu para os diferentes estados-membros sem os devidos ajustes face às diferentes escalas de produção e aos diferentes territórios tem transformado a sobrevivência em «masoquismo tecnocrata». Se é certo que estas serão as actividades com maior capacidade de sustentabilidade futura nos espaços rurais, o conjunto de regras impostas para os sistemas produtivos locais vai dificultando a continuidade destas iniciativas.

É aqui que reside um dos maiores paradoxos no desenvolvimento rural actual. Grande parte destas iniciativas produtivas rurais foi apoiada por fundos comunitários. E é da mesma fonte política que se estão a gerar as condições para a falência destas iniciativas. Veja-se o caso das várias regras inerentes à implementação dos sistemas de HACCP. Nenhum produtor negará a importância da higiene e segurança alimentar. Ao contrário do que se pode pensar, os produtores tradicionais são os que melhor conseguem a articulação entre tradição e modernidade. Têm incorporado nos seus produtos saberes-fazer ancestrais, mas reconhecem que os conhecimentos científicos acerca da produção dos alimentos, da sua transformação e do seu armazenamento são importantes para garantir qualidade nos seus produtos.

Mas há regras que necessitam obrigatoriamente de uma adaptação aos contextos. Não faz qualquer sentido obrigar uma pequena unidade de

produção de queijos a dispor de uma casa de banho equipada com chuveiro, quando a casa da família que os produz é contígua a essa unidade e aí dispõem igualmente de uma casa de banho equipada. Ou que se obrigue a dispor de uma casa de banho para homens e mulheres quando é o casal que produz esses queijos. Este será o caso de muitas unidades do país, embora nos estejamos a basear num caso concreto de uma unidade da Serra do Caldeirão, que luta há 2 anos pela legalização da sua iniciativa. E essa luta só vai sendo feita à custa da capacidade empreendedora dos promotores.

Aqueles que resistem conseguem-no às custas da sua adaptação a esses novos contextos, fazendo investimentos avultados para garantirem continuidade no mercado e evitando, muitas vezes, na lógica «gourmet» como forma de valorização dos saberes-fazer e da inovação incorporada nos produtos. Mas há um conjunto de produtores de pequena escala rural que, pela sua especificidade, vêem a sua actividade ser desvalorizada social e economicamente. Disso são exemplo muitas das actividades de produção de artesanato. O facto das suas actividades não terem incorporadas inovações tecnológicas que lhes permitam o aumento da produtividade, o que se deve à especificidade da produção, faz com que os preços praticados não sejam competitivos face a outros produtos similares vendidos em grande escala. Porque muitos desses produtos têm meras funções decorativas e não utilitárias, dificulta o seu escoamento no mercado. Vão-se multiplicando as estratégias, mas a liberalização dos mercados torna a sua sobrevivência cada vez mais difícil.

O desenvolvimento de uma ecologia dos saberes e dos poderes em contextos como estes torna-se uma tarefa complexa. A capacidade de resistência passa pela homogeneização e adequação aos sistemas dominantes. Aos poucos vão desaparecendo actividades que foram sendo centrais à sustentabilidade dos territórios rurais.

CONCLUSÕES

Se todos os projectos que se desenvolveram e que se perspectivam para o espaço rural algarvio têm contribuído para o aumento da auto-estima e melhoria da qualidade de vida das escassas populações existentes – a procura do modelo urbano havia gerado um descrédito sobre as potencialidades locais – não têm conduzido à sua regeneração demográfica. Trata-se de um

território que permanece em perda. Só o barrocal vai ganhando população, o que fica a dever-se à sua proximidade face às cidades do litoral.

Parece que por mais que se desenvolvam projectos de desenvolvimento local, não se conseguem fixar as populações. Na verdade, podemos colocar algumas hipóteses a este nível. Por um lado, permanece a discrepância entre o modelo de desenvolvimento já colonizado nas mentes das populações daquele território e aquele que se quer implementar – que não deixa de ser igualmente uma forma de colonialidade, ao revelar-se como uma construção externa da intervenção local. A opção de conservação da paisagem para turistificação do espaço é uma decisão económica e não uma pretensão de partida das gentes rurais. Por outro, e complementadamente, sendo opções marcadamente urbanas afigura-se que uma nova ocupação destes espaços venha a ser preconizada pelas classes médias urbanas – seja para residência permanente ou sazonal.

Há um outro elemento que carece ser desconstruído. Um dos motivos que muitas vezes é apontado para o abandono destes espaços refere-se aos condicionalismos colocados pelos instrumentos de ordenamento para construção de habitação. No entanto, o que se verifica é que há uma especulação imobiliária tão exacerbadada que aqueles que dispõem de propriedades e as querem vender aguardam pela aquisição por parte dos mais «abastados» - muitas das vezes estrangeiros, mas também pessoas das grandes cidades, de classes médias ou altas consolidadas. Não havendo regulação sobre os preços dos solos, dificilmente se desenvolverá um futuro para estes territórios que privilegie a manutenção das populações locais.

Parece verificar-se o que LANDER (2005) denomina de conformação colonial do mundo. Todas as opções externas foram sendo incorporadas, o que permitiu assumir os outros como detentores da razão. Com esta afirmação não estamos a desacreditar todo o trabalho válido desenvolvido por associações locais junto das comunidades. Estas foram sendo mediadoras neste processo, sem terem a possibilidade de accionar outros instrumentos de suporte ao território. Faz-se e actua-se em função daquilo que o financiador garante, e este é que dita, a partir de cima, as orientações estratégicas para o local.

É difícil propor uma ecologia dos saberes (SANTOS, 2006), quando estes foram demasiado «colonizados» ao longo de décadas de experimentações territoriais. Em determinados contextos devemos falar mesmo da perda de saberes. Isso é muito evidente em relação às actividades tradicionais

(agricultura, artes e ofícios tradicionais, etc.). Apela-se à necessidade de se reconhecer a pluralidade dos saberes (SANTOS, 2006; SANTOS et al, 2004), mas o que emerge contextualmente é uma leitura homogeneizada sobre o desenvolvimento dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURNS, P. 1999. *An Introduction to Tourism & Anthropology*. London and New York: Routledge
- BURNS, P. 2006. Social Identities and the Cultural Politics of Tourism. BURNS, P. e NOVELLI, M. (Eds.), *Tourism and Social Identities. Global Frameworks and Local Realities*. Oxford: Elsevier: 13-24.
- DIAS, N. SOARES, P. e SOUSA, V., 2010. As actividades económicas de pequena escala. GUERRA, I., PINTO, T., MARTINS, M., ALMEIDA, S. e GONÇALVES, A. (Eds.), *À Tona de Água II – Retratos de um Portugal em Mudança*. Lisboa: Tinta da China: 123-206.
- DIAS, N. E SOUSA, V. 2011. Do “small is beautiful” ao “small is unsustainable”. Reflexos do empobrecimento do país. *Sociedade e Trabalho*, no prelo.
- FRAGOSO, A. e LUÇO-VILEGAS, E. 2004. The Continuous Restart: a case study on young adults of societies in fast transition. In: CLOVER, D. (Ed.) *Adult Education for Democracy, Social Justice and a Culture of Peace*. Victoria: University of Victoria: 160-165.
- LANDER, E. 2005. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires : CLACSO: 21-53.
- RAWY, J. e VOYE, L. 1994. *A cidade: rumo a uma nova definição*. 3ª Edição. Porto : Afrontamento.
- SANTOS, B. S. 2006. A ecologia dos saberes. SANTOS, B. S. (Ed.), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto : Edições Afrontamento: 127-153.
- SANTOS, B. S., MENESES, M. P. e NUNES, J.A. 2004. Introdução: para ampliar o cânone da ciência - a diversidade epistemológica do mundo. SANTOS, B. S. (Ed.), *Semear Outras Soluções - Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto : Afrontamento, 4: 19-101.
- SCHREIVENS, R. 2002. *Tourism for development. Empowering communities*. Essex: Prentice Hall.
- Sousa, C. 2004. Encontros com turistas, em trabalho de campo. SILVA, M. (Ed.), *Outros Tropicais - Novos Destinos Turísticos. Novos Terrenos da Antropologia*. Lisboa: Livros Horizonte: 19-27.
- Sousa, V. 2006. *Desenvolvimento e Mudança nos Territórios Rurais Deprimidos - o caso dos Jovens da Freguesia de Cachopo*. Lisboa: Instituto Superior de

Ciências do Trabalho e da Empresa. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento.

Sousa, V. 2007a. A construção de identidades urbanas como factor de repulsão dos territórios rurais – O caso dos jovens da freguesia de Cachopo (Tavira). *Comunidades e Territórios*, 15: 101-115.

Sousa, V. 2007b. Factores de atracção e de repulsão dos territórios rurais deprimidos – uma análise a partir de um estudo de caso sobre os jovens de Cachopo (Tavira). *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Faro: Universidade do Algarve.

IV PARTE

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL